



CARTÓRIO DO CONSELHEIRO  
**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
(11) 3292-3518 - cgcarc@tce.sp.gov.br

São Paulo, 9 de agosto de 2021

- Leia-se em sessão  
Ibiúna, 31/08/2021  
  
Presidente

Ofício CGC.ARC nº 1042/2021  
eTC – 5517.989.19

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos do decidido pela Egrégia Primeira Câmara, em Sessão de 18 de maio de 2021, encaminhar cópia de peças dos processos em epígrafe, para conhecimento e adoção de providências.

Apresento, nesta oportunidade, protestos de estima e consideração.

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**CONSELHEIRO**

Excelentíssimo Senhor  
**PAULO CESAR DIAS DE MORAES**  
Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna  
AR/Rrc.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ANTONIO ROQUE CITADINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-CA9C-DY30-7AG5-3VQ5

Câmara Municipal da Estância  
Turística de Ibiúna  
Recebido em, 30/08/2021  
  
Sec. Administrativa



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
15ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada por  
Videoconferência



**TC-005517.989.19-0**  
**Municipal**

**DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

**DATA DA SESSÃO – 18-05-2021**

Pelo voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, Edgard Camargo Rodrigues e Sidney Estanislau Beraldo, a E. Câmara, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidiu julgar regulares as contas da Câmara Municipal de Ibiúna, relativas ao exercício de 2019, quitando-se o responsável e ordenador de despesa, Senhor Rodrigo de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna à época, nos termos do artigo 34 do mencionado diploma legal, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Por fim, determinou a expedição dos ofícios de praxe, bem como o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado.

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JOSÉ MENDES NETO**

**CÂMARA MUNICIPAL: IBIÚNA**  
**EXERCÍCIO: 2019**

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório do Relator para:
  - redação e publicação do acórdão.
- Ao arquivo.

SDG-1, em 19 de maio de 2021

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL**

SDG-1/ESBP/ra/cleo

**CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI**

18-05-21

ARC

38 TC-005517.989.19-0

**Câmara Municipal:** Ibiúna.

**Exercício:** 2019.

**Presidente:** Rodrigo de Lima.

**Procurador(es) de Contas:** Renata Constante Cestari.

**Fiscalizada por:** UR-9.

**Fiscalização atual:** UR-9.

<b>População do Município:</b>	<b>77.566 habitantes</b>
<b>Despesa Total do Legislativo:</b> (Artigo 29-A, I, CF)	<b>5,35%</b> da receita tributária do exercício anterior (limite 7,00%)
<b>Gastos com folha de pagamento:</b> (EC nº 25/2000)	<b>59,64%</b> da receita efetivamente realizada (limite 70%)
<b>Gastos com pessoal:</b> (Artigo 20, III, "a", LRF)	<b>3,00%</b> da corrente líquida (limite 6,00%)
<b>Subsídios dos Agentes Políticos:</b> (Artigos 29, VII e 37, XI, CF)	<b>regular</b>

Tratam os autos das **CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**, relativas ao exercício de 2019.

I - A fiscalização "*in loco*" foi realizada pela **UR-9 - Unidade Regional de Sorocaba** que, em relatório inserido no evento 15, não apontou impropriedade nas contas.

II - Notificado, o Senhor Rodrigo de Lima, responsável pela prestação de contas, apresentou manifestação que foi inserida no evento 38.

III- O Ministério Público de Contas pugnou pela notificação da Câmara para manifestação acerca da devolução de duodécimos (evento 50).

IV – O prazo para apresentação de justificativas transcorreu “*in albis*” (evento 60).

V - O **Ministério Público de Contas** opinou pela regularidade, com recomendações, conforme no parecer do evento 64.

**É o relatório.**

#### **VOTO**

A Câmara Municipal de Ibiúna atendeu aos limites financeiros constitucionais e aos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Ministério Público de Contas opinou pela regularidade da matéria, mas ressaltou que o orçamento da Câmara não refletiu a realidade de suas necessidades durante a gestão, tendo em vista a devolução de duodécimos ao Executivo<sup>1</sup>, o que enseja atuação da edilidade.

Assim, **VOTO PELA REGULARIDADE DAS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**, relativas ao exercício de 2019, com fundamento no artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 709/93, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Proponho a quitação do responsável e ordenador de despesa, **Senhor Rodrigo de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna à época**, nos

1

Previsão Final	Repasados (Bruto)	Resultado	% Repasse	Devolução	% Devolução
R\$ 9.800.000,00	R\$ 8.730.442,36	-R\$ 1.069.557,64	-10,91%	R\$ 1.467.296,76	16,81%



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

GABINETE DO CONSELHEIRO  
**ANTONIO ROQUE CITADINI**

(11) 3292-3347 - [gcarc@tce.sp.gov.br](mailto:gcarc@tce.sp.gov.br)



termos do artigo 34 da Lei Complementar nº 709/93, bem como a expedição dos ofícios de praxe.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

**É o meu voto.**

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**CONSELHEIRO RELATOR**

RCP